



*Local onde seria construída
a hidrelétrica da CBA*



Rio Ribeira de Iguape está livre da UHE Tijuco Alto

© RAUL SILVA TELLES DO VALLE/ISA

Depois de 28 anos de resistência, a população do Vale do Ribeira está livre da barragem. Finalmente, o Ibama indeferiu o licenciamento ambiental da usina. **p.6**

2 MODELOS DE SUSTENTABILIDADE

10 DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS

15 PESQUISA E DIFUSÃO

17 FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

18 PARCEIROS LOCAIS

Rumo ao Pico da Neblina com os Yanomami

Expedição avaliou as condições da trilha para o ecoturismo, registrando lugares que são parte da história e cultura do povo Yanomami. **p.2**

Belo Monte, um ano depois da Licença de Operação

Estudo do ISA mostra legado erguido sobre graves violações dos direitos humanos e obrigações não cumpridas “adiadas indefinidamente.” **p.12**



SOCIOAMBIENTAL SE ESCREVE JUNTO!

Junte-se ao ISA e apoie a luta pela defesa dos direitos indígenas e da diversidade socioambiental

www.socioambiental.org





SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2fVZS2n>

Expedição inédita chega ao ponto mais alto do Brasil

Yanomami preparam roteiro turístico no Pico da Neblina

No final de julho, uma expedição ao ponto mais alto do Brasil avaliou as condições da trilha ao Pico da Neblina (que os Yanomami chamam Yaripo) e registrou lugares que fazem parte da história e cultura do povo Yanomami. Guiados pelo pajé Carlos Yanomami, a expedição de dez

dias percorreu 36 Km para chegar ao cume, materializando o projeto de Ecoturismo desenvolvido pelos indígenas e do qual o ISA é um dos principais parceiros.

Além de 18 Yanomami, o grupo contou com representantes do ICMBio, Funai, Ministério Público Federal, Exército. Equipados com GPS, câmera de vídeo e máquina fotográfica, a expedição iniciou a caminhada no Igarapé Tucano, Terra Indígena Yanomami, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), marcando lugares onde se viam animais ou suas pegadas, onde havia água, pontos a serem melhorados e locais adequados para construir abrigos para pernoitar.

O ecoturismo será uma alternativa de geração de renda para as comunidades Yanomami e ao garimpo de ouro nos arredores do pico, praticado tanto por invasores brancos quanto pelos próprios indígenas. A reabertura da trilha ao pico para o turismo está prevista para 2018, com acesso controlado.

Circuito em Santa Isabel do Rio Negro está em elaboração

Na pegada de gerar renda para as comunidades e implementar um sistema de monitoramento e vigilância do território, o ecoturismo em Sta Isabel do Rio Negro (AM) é uma alternativa. A iniciativa é da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e do ISA em parceria com a Funai, ICMBio, Garupa, Universidade Federal de São Carlos e as prefeituras de São Gabriel da Cachoeira e Sta Isabel do Rio Negro. Um dos destinos, as "Serras Guerreiras de Tapuruquara", incluem trilhas, canoadas, conhecimento tradicional e gastronomia percorrendo seis comunidades indígenas. Em novembro, uma expedição experimental testou esses atrativos. Em 2017 acontecerão mais duas expedições até a implementação em 2018.



© ROGÉRIO ASSIS/ISA

A jovem coletora Milene Alves participa do mutirão da grande muvuca de sementes para plantar 200 mil árvores

Projeto Amazonia Live realiza primeiro plantio de árvores

Foi durante a segunda expedição da Rede de Sementes do Xingu em novembro que a fazenda Rancho 60, no município mato-grossense de Bom Jesus do Araguaia, recebeu 1,2 tonelada de sementes nativas em 18 hectares que resultarão em 200 mil novas árvores.

Foi o primeiro plantio do Projeto Amazonia Live, iniciativa do Rock in Rio, em parceria com o ISA e o Funbio. A meta do projeto é plantar 1 milhão de árvores nos próximos anos na região do Xingu Araguaia, restaurando assim áreas degradadas. A expedição da Rede de Sementes, que reuniu um grupo de 60 pessoas entre coletores indígenas, agricultores familiares, parceiros e apoiadores, percorreu durante três dias parte da região do Xingu Araguaia.

Os participantes trocaram experiências e conhecimentos entrando em contato com toda a cadeia de sementes florestais - desde a produção, beneficiamento,

armazenamento e plantio. Conheceram a técnica de plantio da muvuca (mix de sementes) e o plantio direto manual ou com máquinas agrícolas.

O grupo esteve ainda na Terra Indígena Pimentel Barbosa onde na aldeia Ripá conheceram as técnicas de manejo de sementes utilizadas pelos Xavante, incluindo mulheres, crianças e homens. Os coletores que vivem em assentamentos ou nas cidades trocaram conhecimentos com os indígenas.

Em Bom Jesus do Araguaia se juntaram em mutirões e fizeram uma grande 'muvuca' de sementes para o plantio na fazenda Rancho 60. Trata-se de mais uma ação para minimizar os impactos do desmatamento na Amazônia.

A expedição foi uma realização da Rede de Sementes do Xingu e do ISA, com apoio do Fundo Amazônia, Fundo Vale, Instituto Bacuri, Manos Unidas, Fundação Moore, AFB, Environmental Defense Fund (EDF) e Fundação Rainforest da Noruega.

SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/2g2x0Wh>
<http://isa.to/2fWwhqR>
<http://isa.to/2gdUmjO>

Avançam os planos de gestão territorial no Rio Negro e Yanomami

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PG-TAs) da Terra Indígena Yanomami e do Rio Negro tiveram continuidade no segundo semestre. Em Roraima, no mês de setembro, com a participação de indígenas Yanomami e Ye'kwana, além de representantes de organizações parceiras, realizou-se a segunda etapa da elaboração do PGTA que focou no uso do dinheiro e na proteção territorial. Os participantes elaboraram propostas de uso coletivo do dinheiro e priorização de compra de materiais e ferramentas que assegurem a soberania alimentar das comunidades. Nos debates sobre proteção territorial, o tema principal foi o garimpo, a grande ameaça em quase toda a extensão da TIY. Foram discutidas ações coordenadas para combatê-lo. A elaboração do PGTA é promovida pelo ISA e Hutukara Associação Yanomami (HAY), e conta com o financiamento do Fundo Amazônia/BNDES e apoio da Funai, Rainforest da Noruega, Embaixada Real da Noruega e Agência Católica para o Desenvolvimento.

Já no Rio Negro, os pesquisadores indígenas foram treinados em agosto e setembro para iniciar o levantamento socioeconômico para construção do PGTA nas Terras Indígenas do Rio Negro, sete no total. Até agora já foram visitados quase todos os sítios e comunidades da região, cerca de 700, o maior levantamento de dados das comunidades desde a demarcação de cinco TIs em 1998. O plano vai organizar as propostas e apresentar as situações das comunidades no que se refere a educação, saúde, mobilidade, proteção do território, manejo ambiental e atividades produtivas em seu território, além de identificar ações de melhoria da qualidade de vida e adequação de políticas públicas locais. As prioridades foram definidas em oficinas realizadas em 2015 e a ideia é promover a participação de jovens e mulheres destacando seus papéis na gestão territorial. A iniciativa faz parte de uma cooperação técnica com a Funai para a implementação da Polí-



© MARCOS WESLEY/ISA



© CAMILA BARREIRA/ISA

Alto: Jovens da região do Papiú trabalham em grupo na elaboração do plano; acima: No Rio Negro, pesquisadores indígenas começam levantamento em comunidades

tica Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI) e com a Foirn, parceira histórica do ISA e principal articuladora indígena na região. A elaboração do PGTA é viabilizada por projetos e parcerias e conta com apoio da Rainforest da Noruega, Cooperação Austríaca e o Fundo Amazônia /BNDES.

SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/2cyBoZC>
<http://isa.to/2cx011X>



© CLAUDIO TAVARES/ISA

Quilombolas do Vale do Ribeira trocam sementes e mudas durante nona edição da feira realizada em Eldorado

Diversidade de sementes reduz impactos climáticos

Em agosto, agricultores quilombolas reunidos em Eldorado, no Vale do Ribeira (SP), debateram as consequências das variações do clima sobre suas roças e vidas e ressaltaram a importância de, nessa conjuntura, preservarem suas variedades de sementes para garantir sua segurança alimentar. Relatos de colheitas que encolheram, de incertezas quanto à época certa para o plantio, do excesso de chuvas e até geadas que não costumavam ocorrer, deram o tom ao seminário promovido pelas Associações Quilombolas, pelo ISA e parceiros que atuam na região. Mais de 100 pessoas, entre elas representantes de 23 comunidades estiveram presentes. O evento precedeu a nona edição da Feira de Troca de Sementes e Mudas dos quilombolas do Vale do Ribeira.

Diante desses depoimentos ninguém duvida da necessidade de fortalecer os conhecimentos tradicionais das comunidades em relação às roças,

de resgatar sementes e mudas, de promover a agrobiodiversidade para garantir a segurança alimentar e a qualidade de vida dos quilombolas. Daí a importância da feira de sementes que se realiza anualmente em Eldorado e do processo em curso para o reconhecimento do Sistema Agrícola Quilombola como patrimônio imaterial do Brasil pelo Iphan.

Feira exibiu 130 variedades diferentes

Carás, inhames, mudas de coração magoado ou batata doce eram algumas das 130 variedades em exposição, na praça de Eldorado, na manhã de 20 de agosto. Os agricultores trocaram produtos e os visitantes puderam comprar guloseimas locais como taioba, banana chips, bolo de roda, rapadura e mel entre outras. A feira encerrou-se com um grande almoço comunitário no salão paroquial, feito com produtos doados pelos quilombolas.

SAIBA MAIS EM <http://isa.to/2c6PCWT>



© CLAUDIO TAVARES/ISA

Manifestação contra a usina em 2009 reuniu 1500 pessoas e fechou a ponte que liga Ribeira (SP) a Adrianópolis (PR)

Tijuco Alto é cancelada

Por decisão do Ibama, o projeto da usina hidrelétrica de Tijuco Alto foi cancelado. O órgão federal indeferiu o licenciamento ambiental em novembro, depois de 28 anos de resistência das comunidades quilombolas, de caiçaras e ribeirinhos que seriam direta e indiretamente afetadas pela obra. Desde a década de 1990, o ISA acompanha a ameaça de projetos de hidrelétricas no Ribeira, tendo hospedado a partir de 2000 uma primeira campanha de mobilização e informação, promovida pelos movimentos ambientalistas e sociais da região. Projeto da Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Tijuco Alto foi alvo de frequentes protestos durante quase três décadas.

“A luta não terminou. Foi o primeiro passo. Esperamos que o Ibama veja também as PCHs [Pequenas Centrais Hidrelétricas] previstas para

o Ribeira”, diz Osvaldo dos Santos, coordenador da Cooperativa dos Agri-

cultores Quilombolas do Vale do Ribeira. Para Benedito Alves da Silva, o Ditão, do quilombo de Ivaporunduva, a história da resistência contra a construção da usina foi um aprendizado, uma lição de vida. “Se não houver luta não tem vitória”. “Essa foi a maior conquista que tivemos, uma vitória não só das comunidades, mas das pessoas que se juntaram a nós, das ONGs”, avalia Chico Mandira, do quilombo Mandira, em Cananea.

“Se não
houver luta
não tem
vitória.”

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2fAfXfM>



© CLAUDIO TAVARES/ISA



© CLAUDIO TAVARES/ISA



© RAUL DO VALE/ISA

Alto: placa da CBA em Adrianópolis é derrubada pelos manifestantes em 2009; acima à esq.: ocupação do Ibama, em São Paulo, em 2008; acima à dir.: em 2007, população comparece às audiências públicas e diz NÃO a Tijuco

Resta agora o grande passivo ambiental deixado pela CBA, que adquiriu 379 imóveis rurais na década de 1990 fazendo pressão sobre os moradores, até que uma decisão da Justiça Federal, em 1997, interrompesse esse processo. Muitos dos que venderam suas terras, aproximadamente 228 famílias de meeiros, arrendatários, parceiros ou posseiros, terminaram engrossando o contingente de moradores de favelas da periferia de Curitiba, capital do Paraná. Os resultados foram desastrosos para o

desenvolvimento do Vale do Ribeira que estancou nos lugares onde se previam as barragens. As terras compradas ficaram abandonadas e os que não venderam não quiseram investir em algo de futuro incerto. “Nesse tempo deixamos de fazer muita coisa nas nossas comunidades, sempre pensando na ameaça que Tijuco representava. Mas valeu a pena”, avalia Zé Rodrigues, um dos fundadores do Movimento dos Ameaçados por Barragens (Moab), que levou a luta adiante durante todos esses anos.



© TODD SOUTHGATE/ISA

Jovens criaram jogo de cartas para mostrar ciclo biológico das árvores

Jovens da Rede de Sementes mostram resultados de suas pesquisas

A II Gincana Intercultural realizada em Canarana (MT), em novembro, encerrou a formação de um ano dos jovens pesquisadores da Rede de Sementes do Xingu. Eles convidaram 30 jovens da

região Xingu Araguaia para quem apresentaram os resultados de suas pesquisas sobre mudanças climáticas relacionadas à produção de sementes florestais e os impactos sobre suas comunidades.

Através de registros fotográficos, desenhos e redações, os jovens compartilharam os resultados com o grupo de convidados. Apresentaram também dois jogos de cartas que criaram. Um deles, já finalizado, é o Fenofasicos, com o ciclo biológico das árvores do Xingu Araguaia, também apresentado em agosto durante o Encontro e Assembleia da Rede. O segundo jogo, em fase final de criação, é o Tabuleiro cujo tema é a restauração da Área de Preservação Permanente (APP) de uma nascente. A Gincana incluiu uma visita à aldeia Ripá, na Terra Indígena Pimentel Barbosa, do povo Xavante. O projeto tem o apoio do Instituto Bacuri, da Manos Unidas, do Environmental Development Fund (EDF), da Fundação Moore, do Fundo Vale e do Fundo Amazônia.

Rede debate perspectivas

Em agosto, São Felix do Araguaia (MT) recebeu os participantes do XIII Encontro da Rede e da II Assembleia da Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX). Cerca de cem coletores, apoiadores, parceiros institucionais e comerciais e pesquisadores debateram a qualidade e a precificação das sementes, os gargalos jurídicos, a produção, o intercâmbio entre os núcleos coletores e as novas perspectivas para a Associação Rede de Sementes do Xingu (ARSX). A Associação desenvolve iniciativas de restauro de áreas degradadas da região do Xingu Araguaia com as comunidades. As sementes coletadas já possibilitaram a restauração de mais de 3.500 hectares de áreas degradadas, recuperando centenas de nascentes e matas de beira de rio. Em 2015 os mais de 420 coletores registrados produziram 17 toneladas de sementes.

SAIBA MAIS EM <http://isa.to/2aXXZzP>

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2fRkcU4>



© TODD SOUTHGATE/ISA

Alunos de 10 etnias foram capacitados para instalar e fazer a manutenção dos painéis solares nas aldeias do Xingu

Território Indígena do Xingu ganha energia solar

Até 2019, o ISA e a Associação Terra Indígena Xingu (Atix), em parceria com o Instituto de Energia e Ambiente da USP (IEE-USP), vão levar a várias aldeias do Xingu, sistemas de geração de energia solar para 55 escolas, 22 postos de saúde e mais uma dezena de pontos comunitários de apoio às atividades produtivas no Território Indígena do Xingu (TIX). É o projeto Energia Limpa no Xingu que pretende se tornar uma referência em soluções de energia renovável, descentralizada e fácil de operar em comunidades isoladas, em especial na Amazônia.

Durante cinco dias, em outubro, 32 alunos de 10 etnias xinguanas receberam aulas dos engenheiros do IEE na aldeia Piyulaga, dos Wauja, que foram capacitados a instalar e fazer a manutenção das placas solares. Até o primeiro semestre de 2017 mais de 100 xinguanos serão treinados. A

formação dos eletricitistas e a instalação das placas solares são parte de uma

meta de reduzir o consumo do diesel em 75% nos quatro “polos” do TIX, centros comunitários com instalações de saúde, educação e comunicação. Mais de 80 aldeias com escolas e postos de saúde também serão beneficiadas.

Hoje os indígenas dependem do diesel, necessário para fazer funcionar todas essas instalações, além de uma série de atividades produtivas e de lazer cotidianas. Os recursos do governo para compra do combustível, porém, são insuficientes e inúmeras as dificuldades de transporte para as aldeias. Já as placas solares, uma vez transportadas e instaladas, podem durar até 25 anos. As bombas d’água que dependem do diesel para trazer água limpa às comunidades, também poderão ser ligadas às placas. Experiências como a dos índios do Xingu mostram que é viável mudar o paradigma da matriz energética brasileira na direção de alternativas sustentáveis. O projeto Energia Limpa na Terra Indígena do Xingu é financiado pela Fundação C.S Mott.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2gwhTUe>

Terra Indígena mais desmatada está na área de Belo Monte

De acordo com a Funai foram desmatados 680 hectares e degradados 1.773 hectares até setembro deste ano na Terra Indígena (TI) Cachoeira Seca, no Pará. A TI dos índios Arara tem 788.633 hectares de extensão. Estudo realizado pelo ISA, entre 2014 e 2015, mostra que o desmatamento na TI aumentou 73%. Desde 2011, foram abertos mais

de 1,3 mil km de estradas, 258 km só em 2016, para escoar milhares de toneladas de madeira. A preferência dos invasores é pelo Ipê, cuja floração facilita a identificação e tem alto valor agregado, cujo metro cúbico está acima de US\$ 2 mil.

Localizada na zona de influência da hidrelétrica de Belo Monte, Cachoeira Seca, é sistematicamente saqueada por invasores. Só neste ano, foram retirados o equivalente a mais de 1,2 mil caminhões de madeira. Os Arara tiveram de deixar de utilizar áreas para a abertura de roças e coleta de produtos da floresta, como a castanha e o babaçu. Em três anos, um grupo de invasores avançou 65 km na floresta e agora está a apenas 12 km da aldeia mais próxima.

A TI, homologada em abril deste ano, é uma das mais importantes condicionantes do licenciamento de Belo Monte e deveria ter sido efetivada antes do início das obras, seis anos atrás. Nesse tempo, o Ibama aplicou 16 multas que totalizam R\$ 638,5 mil. A Funai promete intensificar ações de fiscalização ambiental na TI.



© JUAN DOBIL/ISA

Vista aérea da TI Cachoeira Seca, a mais desmatada do Brasil

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2fl2YXP>

Violações de direitos indígenas serão denunciados à ONU em 2017

Mais de 20 redes e organizações indígenas do país, o ISA entre elas, concordam que há um quadro de retrocessos e violações dos direitos indígenas no Brasil e que é estratégico denunciá-los à comunidade e aos organismos internacionais. A avaliação aconteceu durante oficina promovida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Rede de Cooperação Amazônica (RCA), em setembro. A reunião foi preparatória para elaboração de um relatório a ser enviado ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2017. Os participantes decidiram destacar no relatório a situação dos Guarani Kaiowá, a ofensiva

no Congresso para alterar direitos indígenas constitucionais, a não

observação do direito de consulta, a diminuição de orçamento e da capacidade operacional da Fundação Nacional do Índio (Funai).

As principais questões de direitos humanos serão tratadas a partir dos compromissos e tratados internacionais firmados pelo país. Essa será a terceira vez que o Brasil será avaliado. Para a revisão de 2017, Apib e RCA querem aportar contribuições dos indígenas e das organizações da sociedade civil, propondo recomendações para que o governo cumpra seu dever de proteger os índios, seus territórios e seus direitos. O ISA e a Hutukara apresentaram o caso do garimpo na TI Yanomami e suas consequências danosas e uma série de recomendações a serem ratificadas por alguns países e serem levadas ao governo brasileiro.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2cf04Kh>

Ação judicial do ISA obriga Ibama a reflorestar Mata Atlântica

O Supremo Tribunal Federal (STF) botou um ponto final numa batalha judicial de 16 anos entre o ISA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e condenou o órgão federal a reflorestar áreas críticas devastadas da Mata Atlântica em Santa Catarina. O processo transitou em julgado, ou seja, não permite recurso.

A decisão referenda sentença da Justiça Federal que reconheceu que o Ibama agiu ilegalmente ao autorizar o corte e transporte de árvores da Mata Atlântica ameaçadas de extinção no Estado, como a araucária,

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2eRm66O>

símbolo do Sul do país. A ação original foi proposta pelo ISA, em 2000, numa iniciativa articulada com a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA).

A recuperação florestal a que o Ibama foi condenado deverá corresponder, no mínimo, ao valor total de mercado das árvores extraídas com autorizações desde 1993. Informações dão conta que, somente entre 1997 e 1999, as autorizações levaram à derrubada de 60 mil árvores ameaçadas de extinção em Santa Catarina, totalizando 233 mil metros cúbicos de madeira. A extensão total e os locais que deverão ser reflorestados serão definidos pelo Judiciário nos próximos meses.

Justiça Federal confirma que Terra Indígena Batelão é dos Kawaiwete

A sentença proferida em setembro abre caminho para a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena, paralisado desde 2007 por uma ação judicial proposta por fazendeiros, pouco depois de a área ter sido declarada como indígena pelo Ministério da Justiça. Ainda cabem recursos, já que a decisão é de 1ª instância.

Embora não haja garantia de que seja definitiva, a vitória dos Kawaiwete (Kaiabi) é histórica. No início dos anos 1960, os indígenas foram expulsos por fazendeiros e seringueiros de sua terra original e deslocados para o ex-Parque Indígena do Xingu (PIX), hoje Território Indígena do Xingu (TIX), em Mato Grosso, cerca de 300 quilômetros a leste. Sempre com a conivência dos governos estadual e federal.

A transferência significou um traumático processo de desagregação social, com a separação de famílias e a dificuldade de acesso aos recursos naturais. Para a Justiça Federal, o laudo da perícia antropológica incluído no processo comprova “a ocupação tradicional

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2cpim7N>



Índios Kawaiwete em aldeia no Território Indígena do Xingu

indígena da etnia Kaiabi na área objeto destes autos”. A sentença rejeita o argumento dos fazendeiros de que essa ocupação teria sido extinta e lembra que os “índios Kaiabi saíram de suas terras tradicionais de forma não espontânea”. A sentença confirma a legalidade do processo de demarcação instaurado pela Funai.



© LETICIA LEITE/ISA

Obras do saneamento básico em Altamira caminham lentamente

Legado de violações marca um ano da Licença de Operação de Belo Monte

Indígenas isolados ameaçados, sistema de saneamento básico em Altamira (PA) incompleto (esgoto jogado diretamente em rios e igarapés), hospital fechado, ribeirinhos expulsos de suas casas, lutando para recuperar seus modos de vida, Terras Indígenas desprotegidas e o Rio Xingu definitivamente transformado. Esse é o cenário um ano depois da emissão da Licença de Operação (LO) nº 1317/2015 da usina.

O ISA analisou o legado da maior hidrelétrica construída na Amazônia, erguida sobre graves violações aos direitos humanos e ao meio ambiente e concluiu que Belo Monte encerra 2016 com três tentativas de suspensão da LO na Justiça, suspeita de superfaturamento de R\$ 3,384 bilhões nas obras e inadimplência nas principais obrigações socioambientais. Repassadas

de licença em licença diante da incapacidade da empresa e do próprio

governo em cumprir as condições de viabilidade e instalação da usina, as obrigações são dívidas acumuladas do processo de licenciamento de Belo Monte e, com a aprovação da LO, ganharam o status de “adiadas indefinidamente.”

A LO atualizou parte das dívidas das licenças anteriores, impondo novos prazos para velhas obrigações, como os referentes à finalização do saneamento básico da área urbana de Altamira, cidade mais impactada pela obra, o reassentamento urbano de bairros inteiros como o Pedral e a reurbanização do bairro Jardim Independente II e da orla de Altamira. Mesmo assim, nenhum dos prazos incluídos para a entrega de obras atrasadas foi atendido. No primeiro semestre deste ano, Belo Monte recebeu multas que chegaram a R\$ 35,3 milhões. Sem falar na multa de R\$ 27,3 milhões pela morte de 16,2 toneladas de peixes durante o processo de enchimento do reservatório principal, entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2h0STW5>



© ISABEL HARARI/ISA

Cerca de 50 pessoas puderam observar as alterações causadas pelo barramento do rio

Canoada registra impactos pós Belo Monte na região da Volta Grande

A terceira edição da Canoada Bye Bye Xingu, realizada em setembro, registrou a intensificação dos impactos provocados pelo fechamento das comportas da usina de Belo Monte, em novembro do ano passado. Com a seca, a navegação por 112 quilômetros no Rio Xingu se tornou mais difícil e a paisagem já não tão deslumbrante se mistura com cenas de ilhas alagadas, desmatadas e peixes doentes.

Os impactos são fortemente sentidos pelos índios Arara da Volta Grande e pelos Juruna da aldeia Miratu na Terra Indígena Paquiçamba. Ação ativista realizada pela Associação Indígena Yudja Miratu da Volta Grande do Xingu (Aymix) e pelo ISA, a Canoada busca monitorar e chamar a atenção para os problemas que os povos e comunidades do Xingu enfrentam desde a instalação da usina.

Além disso, a atividade ajuda os índios a refletir sobre outras alternativas socioeconômicas para as comunidades que dependiam do comércio do

pescado para sobreviver, tão afetado agora com a instalação de Belo Monte. Pontos de pesca foram extintos ou estão comprometidos. Exímios navegadores, os indígenas e ribeirinhos podem usar seus profundos conhecimentos do rio, trabalhando como guias, alugando suas canoas e infraestrutura, contando as histórias locais, e vendendo produtos de suas roças e artesanato.

Uma das condicionantes da Licença de Instalação da obra obrigava a empresa Norte Energia a discutir, um ano antes de fechar o rio, as propostas de monitoramento, mitigação e compensação dos impactos durante a fase de testes junto às comunidades afetadas. Entretanto, a empresa apresentou essas informações apenas ao Ibama, órgão licenciador, e as comunidades indígenas e ribeirinhas seguem alijadas do processo. *(veja ao lado matéria que faz um balanço de um ano da Licença de Operação).*

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2fbhCaT>



© VICTOR PIRES/ISA

Lideranças comemoram revogação da portaria em frente ao Ministério da Saúde

Sob pressão dos índios ministro desiste de mudar Saúde Indígena

Na segunda quinzena de outubro, o ministro da Saúde, Ricardo Barros, publicou duas portarias (1.907/16 e 2.141/16) que representavam o desmonte do subsistema de Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde (SUS). Na prática, as medidas acabavam com a autonomia administrativa e financeira dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e da própria Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). As medidas foram alvo de mobilizações e protestos em todo o país. Dez dias depois de publicar a primeira portaria e dois após a segunda, o ministro as revogou.

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) convocou manifestações em todo o Brasil contra as medidas. Cerca de 11 mil indígenas participaram das ocupações nas sedes dos DSEIs e em dez rodovias.

Em Brasília, 400 índios protestaram em frente ao Ministério da Saúde e conseguiram uma reunião de lideranças com o ministro.

No encontro, Barros anunciou a revogação e deixou claro que a decisão foi motivada pelos protestos.

Em meio a essa crise, alguns Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) foram ocupados. Os indígenas denunciavam a má gestão e exigiam a troca do coordenador. O DSEI Xingu, por exemplo, sediado em Canarana (MT), ficou ocupado por mais de um mês (entre setembro e outubro) por cerca de 400 indígenas. Eles reivindicavam a saída imediata do então coordenador por má gestão de recursos e falta de diálogo. Mesmo havendo recursos disponíveis, faltavam remédios e equipamentos médicos nas aldeias e na cidade. Foram vitoriosos. Já no DSEI Rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (AM), as denúncias de má gestão e precariedade levaram a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) a propor uma reestruturação completa. O descaso no atendimento à saúde indígena levou a um recrudescimento da malária nas comunidades da região atribuída pelos indígenas à falta de ações de prevenção.

SAIBA MAIS EM:

<http://isa.to/2fgWK2I>
<http://isa.to/2dFSpUa>
<http://isa.to/2endogW>

Pesquisadores Waimiri Atroari elaboram publicação sobre seu território

Em setembro, o Instituto Socioambiental (ISA), a Associação Comunitária Waimiri Atroari (ACWA) e o Programa Waimiri Atroari (PWA) deram mais um passo na conclusão do processo dos levantamentos socioambientais da Terra Indígena (TI) Waimiri Atroari (AM), com a reali-

zação de uma oficina com os pesquisadores Kinja, como se autodenominam os Waimiri Atroari, para produção da publicação com os resultados desse trabalho. Desenvolvido entre 2013 e 2015, o processo teve a participação ativa dos pesquisadores indígenas das 31 aldeias da TI.

A oficina aconteceu na sede do PWA, em Manaus (AM), onde os Kinja selecionaram fotos, incluíram textos introdutórios em cada tema do levantamento socioambiental, corrigiram e acrescentaram informações nos mapas e traduziram para a sua língua todo o conteúdo produzido. Também definiram o título da publicação: *Waimiri Atroari: Aá Ikaa Ineptypy - Waimiri Atroari: Divulgação da nossa história*. Vale destacar que durante o processo eles tiraram mais de 11 mil fotos, o que se traduz numa riqueza de imagens do cotidiano dos Waimiri Atroari, que servirá para produção de diversas publicações sobre a cultura Kinja.



Pesquisadores escolhem fotos que irão ilustrar publicação

© SELMA GOMES/ISA

Site Terras Indígenas de cara nova

Está no ar desde o final de novembro a nova versão do site Terras Indígenas no Brasil, reconhecido como a maior plataforma de informações sobre o tema. O site mudou de nome, de design e ganhou novos conteúdos: mapas, gráficos, rankings, placares, textos e fotografias, desenvolvido pelo programa Monitoramento do ISA. Traz informações atualizadas em tempo real de 703 Terras Indígenas relacionadas a desmatamento, queimadas e mineração.

Os dados estão apresentados de forma mais intuitiva e com suporte para dispositivos móveis, como celulares e tablets. O site também conta agora com textos-chave para entender a importância das Terras Indígenas para todos os bra-



sileiros – em especial os índios, que dependem dessas áreas para garantir sua sobrevivência física e cultural. Entre as novas funcionalidades estão ainda um novo mecanismo de pesquisa por terras e uma seção de “Perguntas frequentes”, que explicam, entre outros, como funciona o processo de demarcação; o que é uma Terra Indígena; e por que elas são relevantes para a conservação ambiental de suas regiões, do Brasil e do mundo.

VISITE EM:
<https://terrasindigenas.org.br/>

Livro de bolso conta a história da Pimenta Baniwa

O cultivo feito exclusivamente pelas mulheres, os usos do fruto na culinária e nos rituais de passagem dos índios Baniwa estão relatados na publicação *Pimenta Jiquitaia Baniwa*, lançada em outubro. A iniciativa de valorizar os ingredientes da agrobiodiversidade indígena brasileira e sua incorporação ao circuito gastronômico é recente. A pimenta Baniwa é um bom exemplo. Vem despertando crescente interesse e contribuindo na expansão da cultura gastronômica brasileira. Restaurantes estrelados de São Paulo e de outras capitais brasileiras já utilizam a pimenta vinda do Rio Içana, Alto Rio Negro, no noroeste amazônico.

A história da comercialização começou durante um encontro de mulheres na comunidade Tucumã-Rupitá, no Içana. Ali elas decidiram reciclar a tradição milenar de transformar a pimenta em pó como alternativa de desenvolvimento sustentável das comunidades. Daí nasceu o projeto de uma rede de Casas da Pimenta, que se materializou em 2013 com a inauguração da primeira. Hoje são quatro em funcionamento. Junto ao livreto da Pimenta foram relançados

outros dois que estavam esgotados: *Banco Tukano* e *Arte Baniwa*. À venda na loja do ISA (loja.socioambiental.org).



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2fw5Hgv>

Yanomami lançam publicação inédita sobre cogumelos

Ana Amopö: Cogumelos Yanomami é o primeiro livro sobre cogumelos comestíveis a ser publicado no Brasil. Integra, ao lado de *Salaka Pö: peixes, crustáceos e moluscos*, a Enciclopédia de Alimentos Yanomami. Ambos foram lançados em agosto, no Mercado de Pinheiros, em São Paulo (SP), com direito a uma sessão de autógrafos e de fotos de um grupo de cinco índios Sanöma, subgrupo Yanomami, que habita a Terra Indígena Yanomami (RR).

Os livros resultam do trabalho de pesquisadores Yanomami da região do Awaris, no extremo oeste de Roraima, na Terra Indígena Yanomami, em parceria com assessores do ISA. Escritos em sanöma e traduzidos para o português, ajudam a manter viva a língua e promovem diálogo entre os conhecimentos indígenas e os conhecimentos científicos. Os livros foram ofertados a convidados e não estão disponíveis para compra.



SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2aw17CJ>

Curtas

Levantamento socioambiental continua em TIs de Rondônia

A equipe do Programa Monitoramento de sequência ao levantamento socioambiental participativo pelos pesquisadores indígenas, parte fundamental do Sistema de Indicadores Socioambientais para Terras Indígenas, que o ISA vem realizando. Em outubro, aconteceram oficinas de acompanhamento junto a seis pesquisadores indígenas escolhidos pelas comunidades na TI Rio Negro Ocaia (RO). O foco foi o esclarecimento do questionário socioambiental, sua conclusão e uma avaliação dos aspectos mais relevantes. O mapeamento do território foi tema de oficinas para uso do GPS e da utilização de mapas. Durante o trabalho ficou evidente a importância de conversar com os mais velhos para melhor validação dos dados levantados.

© MARILIA GARCIA SENLLE



Tiago Moreira dos Santos, do ISA, orienta oficina de mapas na TI Rio Negro Ocaia

Pesquisadores indígenas apresentam resultados de uma década de pesquisas

A publicação *Ciclos anuais no Rio Tiquié. Pesquisas colaborativas e manejo ambiental no nordeste amazônico* traz os resultados de um trabalho de mais de uma década, realizado por agentes indígenas de manejo ambiental (Aimas) no Rio Tiquié (AM). A pesquisa colaborativa, inédita e inovadora, inclui os ciclos anuais (que se iniciam em novembro) e seus instrumentos de monitoramento, os ciclos temporais, clima, meio ambiente e as práticas de manejo das comunidades indígenas. Um dos objetivos é identificar em detalhes os ciclos de vida de peixes, animais, plantas e

cultivos, entre outras atividades. Para isso, os pesquisadores indígenas vêm coletando informações – anotadas diariamente – que podem indicar, entre outros itens, mudanças climáticas e como elas impactam os ecossistemas locais.

O livro está dividido em cinco capítulos descrevendo aspectos da narrativa dos povos Tukano sobre um ciclo anual típico, a metodologia usada e a equipe indígena envolvida. À venda na loja do ISA (loja.socioambiental.org).



Fortalecimento institucional do ISA

Parceiros visitam trabalhos em campo

Em outubro, representantes da Fundação Moore estiveram na Bacia do Rio Xingu em Mato Grosso e no Pará para conhecer os trabalhos que o ISA e seus parceiros locais realizam. Ivan MacGregor Thompson, Leonardo Colombo Fleck e Marina Thereza Campos Quinlan (Maitê) estiveram na Casa de Sementes, anexa ao viveiro municipal da cidade de Canarana, na fazenda Angaiá, visitando uma área restaurada de Reserva Legal.

Também acompanharam o plantio direto de um hectare de floresta utilizando 85 kg de sementes de 60 espécies entre florestais e forrageiras – a muvuca. Depois visitaram a aldeia Ngojhwêrê, dos Kisêdjê, a aldeia Piyulaga, dos Wauja e foram para a Resex do Iriri, na Terra do Meio (PA). Há mais de dez anos a Fundação Moore apoia iniciativas do ISA no Xingu.

No final de setembro, o ISA recebeu o presidente da Fundação Mott, Ridgway White, o diretor de programas, Neal Hegarty, o diretor de meio ambiente, Sam Passmore, e a oficial de programa para a América do Sul, Traci



Representantes da Moore visitam trabalhos de campo do ISA no Xingu

Romine. Eles estiveram na aldeia Piyulaga, dos Wauja, no Xingu (MT) durante o curso de formação de eletricitistas indígenas, do projeto Energia Limpa, apoiado pela Fundação. De lá, foram a Altamira (PA), para conhecer a região da Volta Grande do Xingu, onde foram recebidos na aldeia Miratu, dos Juruna. A Mott também apoia o projeto de monitoramento das condicionantes da usina hidrelétrica de Belo Monte desenvolvido pelo ISA.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2fjrFd5>

De observador a parceiro institucional

A convite da Rights Resources Initiative (RRI), o ISA tornou-se um parceiro institucional. Nessa condição fez sua estreia no encontro que se realizou em Washington DC (EUA), entre 1º e 4 de novembro.

A RRI é uma coalizão de organizações que produz relatórios anuais sobre políticas socioambientais e direitos territoriais em diferentes países, especialmente aqueles do sudeste da Ásia, da África, da América do Sul e Central. Durante a reunião foram realizados painéis continentais.

O advogado do ISA, Mauricio Guetta, resumiu a situação das políticas socioambientais e de direitos no Brasil. Representantes de outros países latino-americanos como Peru, Colômbia e Costa Rica também fizeram um resumo da situação de cada um.

Os focos da reunião este ano foram políticas relacionadas a gênero, mudanças climáticas, criminalização de movimentos socioambientais e modelos alternativos de desenvolvimento.

Fortalecimento dos parceiros locais



© FELIPE STORCH/ISA

O diretor da Foirn, Renato Matos Tukano fala na abertura da oficina, na maloca da Foirn

Etnobotânica aproxima conhecimentos indígenas e científicos

O material botânico coletado pelo naturalista britânico Richard Spruce, há mais de 150 anos na região do Rio Negro e em outros locais amazônicos, foi o tema de um encontro em São Gabriel da Cachoeira, noroeste amazônico, realizado entre final de outubro e início de novembro. Cientistas, pesquisadores britânicos e brasileiros reunidos na sede do ISA e na maloca da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) fizeram reflexões sobre conhecimentos científicos e indígenas e surgiram propostas para que caminhem juntos.

A oficina de Etnobotânica e Ilustração Botâ-

nica é parte de um esforço para aproximar instituições de pesquisa brasileiras e britânicas, em torno de pesquisas colaborativas – interculturais e interdisciplinares. Dela participaram especialistas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, do Jardim Botânico de Kew (Inglaterra), do Museu Paraense Emilio Goeldi e da Universidade de Londres Birkbeck, além do ISA e de pesquisadores indígenas dos rios Tiquié, Içana, de outros locais do Rio Negro e da comunidade de Itacoatiara Mirim.

A interação entre os pesquisadores indígenas e os cientistas abriu a possibilidade para que as comunidades possam ter acesso a diversos conhecimentos gerados sobre a região.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2eYC1jM>



© LUIS DONISETE

Plano impresso de Gestão Territorial e Ambiental do TIX é lançado em reunião no Diauarum

Xinguanos lançam plano de gestão e aprovam protocolo inédito

Durante quatro anos as 16 etnias do Território Indígena do Xingu (TIX) trabalharam sobre seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental, construindo acordos entre elas e elaborando propostas para o governo e a sociedade civil. No final de outubro, reunidos no polo Diauarum, eles fizeram a reunião geral de governança do TIX onde lançaram o plano e deram início à sua implementação.

Nessa reunião, a plenária aprovou a substituição da denominação Parque Indígena do Xingu para **Território Indígena do Xingu**, que designa, assim, o conjunto de quatro Terras Indígenas contíguas, demarcadas e homologadas: Wawi, Batovi, Pequizal do Naruvôtu e o próprio Parque, totalizando 2,8 milhões de hectares. Dessa forma, os xinguanos reforçam sua unidade política na defesa de seus direitos e gestão de seu território, sem abrir mão de suas diferenças culturais.

SAIBA MAIS EM:
<http://isa.to/2fxaOFc>

Regras específicas de consulta

Ainda na reunião, os índios apresentaram regras específicas de consulta para as etnias do TIX, resultado de dois anos de trabalho.

Embora a Convenção 169 da OIT garanta o direito de consulta quando houver algo na pauta dos governos que os afete diretamente, tais consultas, quando ocorrem, são feitas de forma inadequada e sem legitimidade. Agora, o protocolo indica a forma correta de se fazer isso.

O TIX se transformou em uma ilha verde, mas seu entorno sofre os impactos do desmatamento e uso intensivo do solo pelo agronegócio, gerando desequilíbrios ambientais diversos também dentro do território.

As grandes obras de infraestrutura são as principais ameaças. A construção da Pequena Central Hidrelétrica Paranatinga, no Rio Culuene, em 2003, é o exemplo lembrado pelos índios de como a consulta não deve ocorrer.

SAIBA MAIS EM <http://isa.to/2fZxDAf>



© MORENO SARAIVA MARTINS/ISA

No Igarapé Faduwe, Sanõma buscam uma área para construir uma nova aldeia

Sanõma buscam novos locais para viver na TI Yanomami

Em novembro, oito Sanõma (Yanomami) da região de Awaris, na TI Yanomami, realizaram uma expedição pela calha do Rio Uraricoera em busca de novos locais para viver. Para isso contaram com apoio do ISA, da Hutukara Associação Yanomami, da Associação do Povo Ye'kwana do Brasil (Apyb), da Funai e da Sesai.

A região de Awaris, onde vivem mais de três mil Sanõma, apresenta alguns dos piores indicadores de saúde da TI Yanomami. A situação de baixa mobilidade territorial e consequente concentração populacional levou a uma sobrexploração dos recursos naturais da região, fazendo com que as famílias tenham dificuldade em suprir as suas necessidades básicas. Desde 2010, o ISA e a Hutukara desenvolvem atividades de Gestão Territorial na região. Uma alternativa é a mobilidade territorial. Por isso, no final de 2015, lideranças Sanõma solicitaram apoio a diversos parceiros para a busca de novos locais de moradia.

Depois de uma reunião entre os Sanõma, os Yanomami e os Ye'kwana, a expedição seguiu de barco pelo Rio Uraricoera e um novo lugar foi identificado. Também foi elaborado um plano de mudança de 219 pessoas para 2018. Essas atividades se inserem na construção do PGTA da TI Yanomami, iniciado em 2015, a ser finalizado em 2019.

Curtas

Quilombolas discutem Cadastro Ambiental Rural

O movimento quilombola discutiu a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos territórios quilombolas, em seminário realizado na última semana de novembro, em Brasília, por iniciativa da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e do ISA. As lideranças criticaram o modo como o CAR está sendo feito. Um dos pontos mais polêmicos é a realização do CAR individual, por família, dentro do território das comunidades quilombolas, em vez do cadastramento englobando todo o território tradicional. Quando oficializados pelo Estado, os títulos dos territórios quilombolas são coletivos. Assim, essas áreas não podem ser fracionadas em lotes individuais nem vendidas. Representantes do governo presentes ao seminário informaram que em fevereiro será realizada uma oficina para discutir o tema quilombola. E que o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) irá incluir os polígonos dos territórios quilombolas já titulados na base de dados do CAR, de modo a não permitir cadastros de terceiros sobrepostos aos territórios, medida já prevista na legislação.



INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL Conselho Diretor: Jurandir Craveiro Jr. (presidente), Tony Gross (vice-presidente), Geraldo Andreello, Marcio Santilli, Marina Kahn e Neide Esterci. Secretário Executivo: André Villas-Bôas.

BOLETIM SOCIOAMBIENTAL Comunicação: Bruno Weis (coordenador). Edição: Maria Inês Zanchetta – editora (MTB 11.616-SP). Jornalistas: Isabel Harari, Letícia Leite, Oswaldo Braga de Souza, Tatiane Klein. Ilustrações: Rubens Matuck. Projeto gráfico e editoração eletrônica: Ana Cristina Silveira.

VISITE NOSSO SITE: WWW.SOCIOAMBIENTAL.ORG

ISA SÃO PAULO Av. Higienópolis, 901, 01238-001, São Paulo (SP), tel: (11) 3515-8900 / fax: (11) 3515-8904, isa@socioambiental.org • **ISA BRASÍLIA** SCLN 210, bloco C, sala 112, 70862-530, Brasília (DF), tel: (61) 3035-5114 / fax: (61) 3035-5121, isadf@socioambiental.org • **ISA MANAUS** Rua Costa Azevedo, 272, 1º andar, Largo do Teatro, Centro, 69010-230, Manaus (AM), tel/fax: (92) 3631-1244/3633-5502, isamao@socioambiental.org • **ISA BOA VISTA** R. Presidente Costa e Silva, 116, 69390-670, Boa Vista (RR), tel: (95) 3224-7068 / fax: (95) 3224-3441, isabv@socioambiental.org • **ISA SÃO GABRIEL** Rua Projetada, 70, Centro, Caixa Postal 21, 69750-000, São Gabriel da Cachoeira (AM), tel/fax: (97) 3471-1156, isarn@socioambiental.org • **ISA CANARANA** Av. São Paulo, 202, Centro, 78640-000, Canarana (MT), tel: (66) 3478-3491, isaxingu@socioambiental.org • **ISA ELDORADO** Rua João Carneiro dos Santos, 149, casa 1, 11960-000, Eldorado (SP), tel: (13) 3871-1697, isaribeira@socioambiental.org • **ISA ALTAMIRA** Rua dos Missionários, 2589, Explanada do Xingu, 68372-030, Altamira (PA), tel: (93) 3515-5749.